

DELIBERAÇÃO Nº 578, DE 03 DE MARÇO DE 2020.***Defere a permissão de escalonar edifícios,***

O Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial de Itajaí através de seu Presidente, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 5001 de 07 de dezembro de 2007 e suas alterações posteriores;

Considerando que o recuo lateral ou o recuo de fundos de uma edificação é a distância das diversas faces externas da edificação às divisas laterais e de fundos do terreno, medidas perpendicularmente em relação às mesmas;

Considerando que o objetivo dos recuos é garantir adequadas condições de ventilação, iluminação e insolação para uma edificação;

Considerando que tanto o Anexo II – tabela A da Lei Complementar 215/2012, quanto a Consulta Prévia, no que diz respeito ao recuo lateral e fundos da torre não deixa claro como deve ser feito o seu enquadramento;

Considerando que de acordo com o art. 88 da Lei Complementar 215/2012 os casos omissos serão analisados pelo Conselho Municipal de Gestão e Desenvolvimento Territorial;

Considerando a decisão da maioria do Plenário do Conselho em reunião realizada no dia 03 de março de 2020;

DELIBERA:

Art. 1º. Fica **deferido** o escalonamento em edifícios, desde que respeitado o recuo mínimo com enquadramento pela altura total da edificação.

§ 1º - Os recuos frontal, lateral e de fundos serão definidos pela distância da projeção ortogonal da edificação a cada uma das divisas do lote, medindo-se o recuo frontal a partir do alinhamento, existente ou projetado.

§ 2º - Os parâmetros de recuo mínimo para toda a torre serão definidos tomando-se por base o seu último pavimento.

§ 3º - Deverá constar na Consulta Prévia, um asterisco no quadro referente ao recuo lateral e fundos da torre, onde leia-se enquadramento pela altura total da edificação.

RODRIGO LAMIM
Presidente